

RELATÓRIO DO AUDITOR EXTERNO SOBRE A INFORMAÇÃO FINANCEIRA DO 2.º SEMESTRE DE 2014

INTRODUÇÃO

1. Para os efeitos do artigo 77.º, n.º 2, alínea d) da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, apresenta-se relatório informativo sobre a situação económica e financeira do **Município de Murça**, reportada ao ano de 2014, incluída nos Mapas de Execução Orçamental (que evidenciam um total de 6.564.557,38 € de despesa paga e um total de 6.487.994,61 € de receita cobrada), no Balanço (que evidencia um total de ativo líquido de 27.682.563,78 € e um total de fundos próprios de 12.289.402,76 €, incluindo um resultado líquido de 190.034,55 €) e na Demonstração dos resultados.
2. As quantias das demonstrações financeiras, bem como as da informação financeira adicional, são as que constam dos registos contabilísticos.

RESPONSABILIDADES

3. É da responsabilidade do Órgão Executivo Municipal:
 - a) a preparação de informação financeira histórica e orçamental de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites;
 - b) a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
 - c) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado;
 - d) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a atividade, a execução orçamental, a posição financeira ou os resultados da entidade; e
4. A nossa responsabilidade consiste em analisar a informação financeira e orçamental contida nos documentos acima referidos, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso trabalho.

ANÁLISE ORÇAMENTAL

5. A execução orçamental revela os valores e a evolução a seguir representados:

Mapa 1 – Execução Orçamental da Despesa (em Euros)

Classif. Económica da Despesa		Dotação Corrigida	Compromissos assumidos	Saldo	Grau Exec. efetiva	Despesas pagas	Saldo	Grau Exec. Orç Dez 14	Grau Exec. Orç Dez 13
Cl.	Designação								
1	Despesas com o pessoal	2 664 840,00	2 400 945,68	263 894,32	90,10%	2 360 698,61	304 141,39	88,59%	87,73%
2	Aquisição de bens e serviços	2 931 324,84	2 567 332,51	363 992,33	87,58%	1 890 080,47	1 041 244,37	64,48%	74,10%
3	Juros e outros encargos	309 500,00	243 201,49	66 298,51	78,58%	242 456,91	67 043,09	78,34%	81,79%
4	Transferências correntes	375 000,00	280 496,95	94 503,05	74,80%	252 382,51	122 617,49	67,30%	64,66%
6	Outras despesas correntes	43 050,00	30 821,97	12 228,03	71,60%	30 821,97	12 228,03	71,60%	51,98%
	DESPESAS CORRENTES	6 323 714,84	5 522 798,60	800 916,24	87,33%	4 776 440,47	1 547 274,37	75,53%	79,88%
7	Aquisição de bens de capital	1 244 100,00	492 462,39	751 637,61	39,58%	430 031,07	814 068,93	34,57%	50,13%
8	Transferências de capital	275 000,00	192 929,00	82 071,00	70,16%	159 064,32	115 935,68	57,84%	64,69%
10	Passivos financeiros	1 245 000,00	1 199 021,52	45 978,48	96,31%	1 199 021,52	45 978,48	96,31%	98,43%
	DESPESAS DE CAPITAL	2 764 100,00	1 884 412,91	879 687,09	68,17%	1 788 116,91	975 983,09	64,69%	72,65%
	TOTAL DE DESPESAS	9 087 814,84	7 407 211,51	1 680 603,33	81,51%	6 564 557,38	2 523 257,46	72,23%	77,10%

Mapa 2 – Execução Orçamental da Receita (em Euros)

Classif. Económica da Receita		Previsões Corrigidas	Receita Cobrada Líquida	Saldo	Grau Exec. Dez 14	Grau Exec. Dez 13
Cl.	Designação					
1	Impostos diretos	569 864,30	517 179,17	-52 685,13	90,75%	136,21%
2	Impostos indiretos	967,00	19,22	-947,78	1,99%	25,91%
4	Taxas, multas e outras penalidades	112 981,00	126 480,68	13 499,68	111,95%	100,63%
5	Rendimentos da propriedade	250 000,00	279 440,18	29 440,18	111,78%	0,05%
6	Transferências correntes	4 996 513,00	4 528 169,42	-468 343,58	90,63%	90,16%
7	Venda de bens e serviços correntes	1 508 000,00	600 561,50	-907 438,50	39,83%	65,06%
8	Outras receitas correntes	70 717,00	764,27	-69 952,73	1,08%	5,01%
	RECEITAS CORRENTES	7 509 042,30	6 052 614,44	-1 456 427,86	80,60%	85,25%
9	Venda de bens de investimento	468 374,70	0,00	-468 374,70	0,00%	0,00%
10	Transferências de capital	908 200,00	433 428,42	-474 771,58	47,72%	62,11%
	RECEITAS DE CAPITAL	1 376 574,70	433 428,42	-943 146,28	31,49%	54,99%
15	Reposições não abatidas nos pagamentos	283,00	1 951,75	1 668,75	689,66%	0,00%
16	Saldo da gerência anterior	125 957,42	125 957,42	0,00	100,00%	100,00%
	OUTRAS RECEITAS	126 240,42	127 909,17	1 668,75	101,32%	99,86%
	TOTAL DE RECEITAS	9 011 857,42	6 613 952,03	-2 397 905,39	73,39%	78,33%

Mapa 3 – Indicadores de Análise da evolução da Despesa

Rádios de estrutura da despesa	Considerando despesa paga		Considerando despesa comprometida	
	dez/14	dez/13	dez/14	dez/13
Receita total / Despesa total	100,75%	101,61%	89,29%	92,22%
Receita corrente / Despesa corrente	126,72%	118,54%	109,59%	109,47%
Receita capital / Despesa capital	24,24%	50,58%	23,00%	44,56%
Despesa Pessoal / Despesa Total	35,96%	31,07%	32,41%	28,30%
Aq. Bens Serviços / Despesa Total	28,79%	23,89%	34,66%	25,90%
Aq. Bens Capital / Despesa Total	6,55%	12,01%	6,65%	15,22%
Serviço da Dívida / Despesa Total	18,27%	21,79%	16,19%	19,78%
Receitas próprias / Despesa Total	25,17%	23,67%	22,31%	21,49%
Transferências recebidas / Despesa Total	75,58%	77,93%	66,98%	70,73%
Juros e outros encargos / Despesa Total	3,69%	4,71%	3,28%	4,28%

Mapa 4 – Indicadores de Análise da evolução da Receita

Rádios de estrutura da receita	dez/14	dez/13
Receitas próprias / Receita total	24,98%	23,30%
Transferências recebidas / Receita Total	75,02%	76,70%

6. Considerando o mapa referente à execução da despesa paga relativamente a 2014, em termos globais, a execução das despesas correntes ascende a 75,53% e a execução das despesas de capital é de 64,69%. Em termos comparativos, em 2013 estes graus de execução situavam-se nos 79,88% e 72,65% respetivamente. Tendo por base a ótica dos compromissos já assumidos, o grau global da execução da despesa é de 81,51% (contra 84,94% em igual período do exercício anterior), dando-se especial enfoque às despesas correntes cujos compromissos assumidos representam 87,33% das dotações corrigidas, enquanto nas despesas de capital os compromissos assumidos representam 68,17% da dotação existente. Tanto as rubricas de despesas correntes como de capital registam um grau de execução que se considera abaixo do que seria expectável.

No que se refere às despesas com pessoal, o grau de execução ronda os 88,59% (contra 87,73% em igual período do exercício anterior), aquém do expectável para o período, esta situação resultou da fraca execução das verbas variáveis como são os abonos variáveis ou eventuais, os encargos com saúde do pessoal, ADSE, subsídio familiar e outras prestações familiares. A aquisição de bens e serviços apresenta um grau de execução de 64,48% (74,10% em igual período do exercício anterior), porém a despesa comprometida desta natureza ascende a 87,58%, facto relacionado com os fornecimentos regulares. O

grau de execução da despesa com transferências correntes ascende a 67,30% (64,66% em igual período do exercício anterior), o reduzido grau de execução nesta rubrica está relacionado com o facto das transferências a realizar para instituições sem fins lucrativos e para as famílias se encontrarem abaixo do inicialmente expectável. Note-se que existem 20.000,00 € de dotações corrigidas para as famílias, ainda sem qualquer compromisso ou pagamento.

De uma forma genérica, o grau de execução da despesa surge afetado pela reduzida execução das despesas de capital. Quanto ao grau de execução da despesa corrente apresenta valores abaixo do previsto para o ano, sendo inferiores aos apresentados em igual período do ano anterior.

7. No que se refere à execução orçamental da receita, globalmente, e tal como para as despesas, o seu grau de execução orçamental é inferior ao verificado em igual período do exercício anterior, isto é, atingiu 93,39% contra 78,33% no período homólogo.

Ao nível das receitas de capital, apenas foram executados 31,49% contra os 54,99% verificados em igual período do ano anterior. O baixo grau de execução orçamental ficou a dever-se, essencialmente, à não obtenção de receitas com fundos comunitários de projetos cofinanciados, nomeadamente do FEDER e à inexistência de qualquer venda de bens de investimento. Note-se que, a previsão corrigida dessa rubrica ascende a 468.374,70 €, não se tendo verificado qualquer atividade, nem qualquer grau de execução orçamental durante o ano em análise. Pelo efeito, importa considerar o facto em próximas revisões orçamentais e dotar de maior rigor a elaboração do orçamento relacionado com a receita. Note-se que, de acordo com o preconizado na Lei 82-B/2014 (Orçamento de Estado para 2015), no seu artigo 253.º, os municípios não podem, na elaboração dos documentos previsionais para 2016, orçamentar receitas respeitantes à venda de bens imóveis em montante superior à média aritmética simples das receitas arrecadadas com a venda de bens imóveis nos últimos 36 meses que precedem o mês da sua elaboração.

Analisando as receitas correntes, verifica-se um grau de execução orçamental mais elevado (80,60%) no entanto, inferior ao verificado em igual período do exercício transato que foi de 85,25%. A rubrica de impostos diretos apresenta um grau de execução de 90,75%, quando em igual período do ano anterior o grau de execução ascendia a 136,21%, a execução desta rubrica ficou abaixo do expectável por via dos factos da receita prevista para o IMI e para o IMT ter ficado aquém do inicialmente previsto. A venda de bens e serviços correntes apresenta uma execução de 39,83%, taxa bastante reduzida dada a expectativa anual, sendo no período homólogo do ano anterior de 65,06%. A fraca execução desta rubrica, resulta da previsão efetuada para a venda de água e da prestação de serviços de relacionados com os resíduos sólidos se encontrar francamente aquém dos valores estimados para o período. As transferências correntes apresentaram também uma execução abaixo do previsto, tendo ascendido a 90,63%, quando em igual período do ano anterior o grau de execução ascendeu a 90,16%.

Face ao já descrito nos parágrafos anteriores, na ótica da despesa paga, a cobertura da despesa corrente pela receita corrente foi de 126,72% quando em igual período do ano anterior havia sido de 118,54%. Tendo por base a ótica da despesa comprometida, as despesas correntes foram suportadas em 109,59% pelas receitas correntes quando no ano anterior aquela relação era de 109,47%.

Considerando as receitas e as despesas de capital, na ótica da despesa paga, verifica-se um forte decréscimo face a 2013, isto é, as despesas de capital foram cobertas com receitas de capital em 24,24% no ano em análise e em 50,58% em 2013. Tendo por base a ótica da despesa comprometida, em 2014 as despesas de capital encontravam-se cobertas em 23% pelas receitas de capital, quando em igual período de 2013 as despesas de capital se encontravam cobertas em 44,56%.

8. No que se refere às receitas próprias, considerando a informação reportada ao ano de 2014, identifica-se um decréscimo, face a igual período do ano anterior, isto é, passaram de 1.794.927 € em 2013 para 1.652.354 € em 2014 (menos 142.573 €). Esta variação está, essencialmente, relacionada com a variação negativa do saldo de gerência entre 2013 e 2014, sendo esse decréscimo no montante de 460.718,16 €, situando-se o saldo de gerência nos 125.957,42 €. Este efeito negativo da diminuição das receitas próprias foi reduzido em parte com o aumento das receitas com rendimentos de propriedades. Deste modo verifica-se um decréscimo da cobertura das despesas totais com este tipo de receitas, atingindo um rácio de 25,17% em 2014 contra 23,67% em 2013, tendo por base a ótica da despesa paga.
9. A despesa comprometida em 2014 mostrou-se superior em 793.259,48 € em relação à receita cobrada, quando este valor ascendia a 650.104,88 € em 2013, sendo que a principal diferença está relacionada com os compromissos de capital face as receitas de capital, dado o reduzido grau de execução da receita relacionado com projetos cofinanciados por fundos comunitários e à inexistência de venda de bens de investimento durante todo o ano de 2014.

ANÁLISE ECONÓMICA

10. Os custos e os proveitos revelam os valores e a evolução a seguir representados:

Mapa 5 – Estrutura dos Proveitos e Ganhos (em Euros)

Proveitos e Ganhos		2014	%	2013	%
Cl.	Designação				
71	Vendas e prestações de serviços	808 033,97	11,12%	675 375,90	9,33%
72	Impostos e taxas	939 982,03	12,94%	564 992,21	7,81%
74	Transferências e subsídios obtidos	5 044 884,69	69,43%	5 616 948,86	77,60%
78	Proveitos e ganhos financeiros	14 208,25	0,20%	5 300,51	0,07%
79	Proveitos e ganhos extraordinários	459 326,29	6,32%	375 610,58	5,19%
TOTAL DE PROVEITOS		7 266 435,23	100,00%	7 238 228,06	100,00%

Mapa 6 – Estrutura dos Custos e Perdas (em Euros)

Custos e Perdas		2014	%	2013	%
Cl.	Designação				
61	Custo mercadorias vendidas e matérias consumidas	296 551,67	4,19%	468 622,00	7,15%
62	Fornecimentos e serviços externos	1 968 887,89	27,82%	1 450 308,78	22,12%
63	Transf. e subsíd. corr. conced. e prest. sociais	291 472,19	4,12%	316 719,04	4,83%
64	Custos com o pessoal	2 537 805,09	35,86%	2 350 321,19	35,84%
65	Outros custos e perdas operacionais	12 178,86	0,17%	12 974,80	0,20%
66	Amortizações do exercício	1 456 216,05	20,58%	1 447 137,69	22,07%
67	Provisões do exercício	0,00	0,00%	0,00	0,00%
68	Custos e perdas financeiros	246 848,31	3,49%	363 599,77	5,54%
69	Custos e perdas extraordinários	266 440,62	3,77%	147 620,52	2,25%
TOTAL DE CUSTOS		7 076 400,68	100,00%	6 557 303,79	100,00%

11. A estrutura de proveitos apresenta um acréscimo (mais 28.207,17 € ou +0,39%) face a igual período do ano anterior, relacionado com o crescimento das vendas e prestações de serviços, bem como os impostos e taxas, por sua vez a diminuição das transferências correntes e de capital por parte do Estado constantes na conta de transferências e subsídios obtidos (com principal observância a queda abrupta do Fundo de Equilíbrio Financeiro), fez com que o crescimento dos proveitos não fosse tão notório. Assim, a rubrica de transferências e subsídios obtidos ascende a 5.044.884,69 € em 2014 sendo 5.616.948,86 € em igual período de 2013, o que representa uma queda de 572.064,17 € (-10,18%). A rúbrica de impostos e taxas cresceu 374.989,82 €, de 2013 para 2014, situando-se nos 939.982,03 €. De referir ainda o crescimento da rúbrica de vendas e prestações de serviços em 132.658,07 € (19,64%), ascendendo a 808.033,97 € em 2014, quando no exercício anterior se situava nos 675.375,90 €.

7/9
[Handwritten signature]

12. No que se refere à estrutura de custos, em termos globais, verifica-se um acréscimo de 519.096,89 € (7,92%) em relação ao verificado em 2013. Este crescimento está essencialmente relacionado com o crescimento de 518.579,11 € (35,76%) dos fornecimentos e serviços externos ascendendo em 2014 a 1.968.887,89 €, sendo no exercício anterior 1.450.308,78 €. As rubricas dos fornecimentos e serviços externos responsáveis por este forte crescimento foram a "limpeza, Higiene e Conforto", que ascendeu a 695.419,34 € quando no ano anterior apresentava o montante de 327.667,41 €, os transportes escolares com o montante de 275.891,44 €, quando no ano transato o valor apresentado foi 167.662,39 € e por fim, a rubrica de outros fornecimentos e serviços que apresentou o montante de 386.231,98 € quando em 2013 o valor verificado foi 246.747,86 €. Os custos com pessoal representam a principal rubrica de custos do município (35,86%), tendo registado um crescimento de 7,98% comparativamente ao ano anterior, fixando-se nos 2.537.805,09 €. As amortizações do exercício também apresentaram um crescimento de 9.078,36 €, ascendendo no final do exercício a 1.456.216,05 €.

13. Tendo em consideração os valores referidos, o resultado líquido do ano 2014 ascende a 190.034,55 €, montante inferior em 490.889,72 € ao verificado em 2013. Importa salientar que este decréscimo do resultado do município está intimamente relacionado com o crescimento dos gastos verificados com os fornecimentos e serviços externos.

ANÁLISE FINANCEIRA

14. As dívidas a receber e a pagar revelam os valores e a evolução a seguir representados:

Mapa 7 – Dívidas de terceiros (em Euros)

Classif.	Designação	dez/14	%	dez/13	%
211+212+213	Cilentes, contribuintes e utentes c/c	37 590,53	26,44%	37 694,60	39,50%
218	Cilentes, contribuintes e utentes de cob. duvidosa	6 143,11	4,32%	7 387,72	7,74%
24	Estado e outros entes públicos	98 455,48	69,24%	23 983,31	25,13%
262+263+267+268	Outros Devedores	0,00	0,00%	26 354,99	27,62%
	Total Curto Prazo	142 189,12	100,00%	95 420,62	100,00%
	TOTAL DE DÍVIDAS DE TERCEIROS	142 189,12	100,00%	95 420,62	100,00%

Mapa 8 – Dívidas a terceiros (em Euros)

Classif.	Designação	dez/14	%	dez/13	%
2311	Empréstimos de curto prazo	957 700,00	10,68%	1 245 000,00	12,90%
221	Fornecedores c/c	326 803,88	3,64%	137 877,45	1,43%
2611	Fornecedores de imobilizado c/c	108 440,45	1,21%	155 568,62	1,61%
24	Estado e outros entes públicos	58 304,69	0,65%	29 628,60	0,31%
262+263+267+268	Outros credores	55 702,98	0,62%	4 247,10	0,04%
	Total Curto Prazo	1 506 952,00	16,81%	1 583 172,21	16,40%
2312	Dívidas a Instituições de crédito	7 157 168,87	79,82%	8 068 890,39	83,60%
2689	Outros credores	302 870,83	3,38%	0,00	0,00%
	Total Médio Longo Prazo	7 460 039,70	83,19%	8 068 890,39	83,60%
	TOTAL DE DÍVIDAS A TERCEIROS	8 966 991,70	100,00%	9 652 062,60	100,00%

15. O valor de dívidas a receber (142.189,12 €) apresenta um crescimento de 46.768,50 € face ao verificado no período homólogo do ano anterior. Esta variação está relacionada com o crescimento dos valores a receber do Estado e outros entes públicos, nomeadamente IVA a recuperar.

16. O valor global das dívidas a pagar ascende a 8.664.120,87 €, montante inferior em 685.070,90 € ao verificado no ano anterior. De realçar a redução das dívidas a instituições de crédito em 1.199.021,52 € e o crescimento da dívida aos fornecedores em 188.926,43 € e outros credores em 354.326,71 €.

17. No âmbito do **Regime Financeiro das Autarquias Locais – Capítulo V (Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro)**, verifica-se que:

- Não é cumprido o limite da dívida total previsto no n.º 1 do seu artigo 52.º (incluindo a dívida das entidades referidas no artigo 54.º do mesmo diploma), apresentando em 2014 um montante em excesso de 1.092.798 €.
- A alínea a) do n.º 3 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, dispõe que sempre que o limite da dívida não seja cumprido, no exercício subsequente deverá reduzir 10% do montante em excesso. Note-se que, em 2013 o montante em excesso ascendia a 2.389.071 €, deste modo, a redução do montante em excesso verificada ascendeu a 54,26%.
- Os fundos disponíveis no final de 2014 ascendiam a 479.743,21 €.



Handwritten signature and initials, including the number 9/9.

Viseu, 10 de abril de 2015

O Revisor Oficial de Contas

**Ricardo Filipe
Macias Carvalho**

Assinado de forma digital por
Ricardo Filipe Macias Carvalho
Dados: 2015.04.10 19:41:40
+01'00'

Fonseca, Paiva, Carvalho & Associado, SROC, Lda., n.º 282
Representada por Ricardo Filipe Macias Carvalho, ROC n.º 1492